



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
2ª VICE-PRESIDÊNCIA DO TJRJ**

<b>GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (GMF/RJ)</b>		<b>ATA DE REUNIÃO N. 06/2023</b>
<b>Data:</b> 13.04.2023	<b>Horário:</b> 14h	<b>Local:</b> Sala de Reunião do GMF/RJ – Lâmina IV – Sala 206 e Teams.

Consigna-se nesta ata a participação presencial dos seguintes membros e convidados:

1. 2ª Vice-Presidente Desembargadora SUELY LOPES MAGALHÃES – Supervisora do GMF/RJ;
2. Juiz Auxiliar da 2ª Vice-Presidência do TJRJ ANDRÉ RICARDO DE FRANCISCIS RAMOS;
3. Juiz em exercício na VEP MARCEL LAGUNA DUQUE ESTRADA -TJRJ;
4. Juíza RAQUEL SANTOS PEREIRA CHRISPINO
5. Desembargador LUIS GERALDO S. LANFREDI – Coordenador do DMF/CNJ;
6. Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ JÔNATAS ANDRADE;
7. Senhor FELIPE ALTHAYDE LINS DE MELO – CNJ;
8. Senhora MARIANA LEIRAS – CNJ;
9. Senhor LÚCIO FLÁVIO CORREIA ALVES – SEAP;
10. Senhor CARLOS MARIO DA SILVA NETO – Prefeitura Municipal de Niterói;
11. Senhor OCTAVIO RIBEIRO - Prefeitura Municipal de Niterói;
12. Senhor CLAUDEIR DA SILVA PERES – Prefeitura Municipal de Maricá;
13. Senhora ELIANE FERRAZ – Prefeitura Municipal de Maricá;
14. Senhor SANDRO MONTEIRO – SMAS do Rio de Janeiro;
15. Senhora JANAINA CASTILHO - SMAS do Rio de Janeiro;
16. Senhor LEANDRO MENDES - SMAS do Rio de Janeiro;
17. Senhor EDUARDO NOVAES – Colaborador na articulação dos Escritórios Sociais.

Consigna-se, ainda, a participação virtual pela plataforma Teams:

18. Juíza Auxiliar da Presidência do TJRJ ANA PAULA MONTE FIGUEIREDO PENA BARROS;
19. Promotor de Justiça MURILO NUNES DE BUSTAMANTE;
20. Senhora JULIANA TONCHE – DICAP - SENAPEN;
21. Senhora JULIANA RODRIGUES - Secretaria da Mulher e Direitos Humanos de Volta Redonda
22. Senhora DANIELLE CAMPOS – Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes;
23. Senhor RODRIGO CARVALHO - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes;

**A Segunda Vice-Presidente do TJRJ Desembargadora Suely Lopes Magalhães, Supervisora do GMF/RJ**, abre os trabalhos às 14h20min. Em suas considerações iniciais, discorre sobre os Escritórios Sociais que contam com a parceria do Poder Executivo Municipal. Destaca que foram implementados nos Municípios de Maricá e de Niterói, e o de Campos dos Goytacazes será instalado no dia posterior à presente reunião. Em maio próximo, o Município do Rio de Janeiro fará a instalação do Escritório Social em Bangu. Por oportuno, informa que está sendo fortemente cogitado pela ONU instalar uma universidade visando o sistema penal. A primeira reunião sobre a Instituição ocorrerá em 24 de abril próximo. A 2ª Vice-Presidência escolheu como tema, que será submetido à ONU, o programa Escritórios Sociais, para concorrer ao prêmio entre os estados.

Em prosseguimento, o **Coordenador do DMF Luis Geraldo Lanfredi** enaltece a interface do GMF/RJ como ponto de encontro e sobretudo apoio para a disseminação no Estado do Rio de Janeiro das políticas públicas que irradiam de Brasília, através do DMF, bem como a capacidade de aglutinação dos atores do sistema de justiça com as Instituições para a articulação de temas inerentes à execução penal, destacando a importância da participação neste encontro dos representantes do Poder Executivo de municípios do Estado do Rio de Janeiro. Salaria que os Escritórios Sociais demonstram a conjugação de esforços do Poder Executivo com o Judiciário.

Em seguida, o **Juiz Marcel Laguna Duque Estrada** registra que a Vara de Execuções Penais é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos prisionais. Informa que foi concluída a série de fiscalizações do mês de março, produzindo relatórios que são lançados na plataforma do CNJ. Contudo, pondera que essa forma de divulgação é insuficiente. Entende que ela pode ser feita de maneira mais ampla, e o local mais adequado é o GMF/RJ. Nesse sentido, relata que solicitou à **Supervisora do GMF/RJ** e foi deferido que fique consignado na presente ata a apresentação do relatório de fiscalização de estabelecimentos prisionais relativo ao mês de março de 2023, de modo que fica disponibilizado seu inteiro teor e amplo acesso aos membros deste Grupo por meio do procedimento administrativo SEI n. 2023-06040373. Esse procedimento será adotado nas séries de fiscalizações que serão realizadas todo mês.

Em continuidade, o **Juiz Auxiliar da Segunda Vice-Presidência André Ricardo de Franciscis Ramos** faz breve preleção sobre o tema. Informa que o **Subsecretário Lucio Flavio Alves, da SEAP**, irá mapear o município de origem dos egressos, a partir de listagem recebida da VEP, para que sejam, na medida do possível, atendidos pelos

Escritórios Sociais já implantados. Ressalta que o objetivo é que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) possam aumentar gradativamente o atendimento aos egressos, seus familiares e pessoas próximas, que são afetadas pelo encarceramento. Aponta a possibilidade de se desenvolver a equipe técnica multidisciplinar itinerante, com a parceria entre municípios contíguos. Por oportuno, enaltece a iniciativa do **Juiz em exercício na VEP Marcel Laguna** de disponibilizar para o GMF/RJ todos os relatórios das fiscalizações. Destaca a importância da listagem dos progressos ser emitida mensalmente.

No ensejo, **Senhor Sandro Monteiro, da SMAS do Rio de Janeiro** elucida que a OSC que irá atuar no Escritório Social do Município, em Bangu, foi escolhida na semana anterior à presente reunião e o acordo foi homologado. Acrescenta que será elaborado o cronograma e realizada a seleção da equipe técnica. Reitera a previsão de que em maio de 2023 seja instalado o Escritório Social de Bangu.

Sobre o tema, o **Senhor Clauder da Silva Peres, da Prefeitura Municipal de Maricá**, destaca que o Município foi o primeiro a implementar o Escritório Social no Estado, em 2019. São atendidas, atualmente, 192 pessoas, entre egressos e familiares. Esclarece que esse atendimento aos egressos já era realizado anteriormente pela Secretaria Municipal de Políticas Inclusivas e essas pessoas atendidas migraram para o Escritório Social. Acrescenta que três funcionários integram a equipe técnica. Ressalta a necessidade de ir ao encontro desse público. Nesse sentido, pontua que é realizado o trabalho do Escritório Social itinerante, que atua inclusive dentro das comunidades. Ao final, informa que no âmbito do grupo de 34 pessoas, acompanhado pelo Escritório Social, não houve reincidência no crime.

Em prosseguimento, **Senhor Carlos Mario da Silva Neto, da Prefeitura Municipal de Niterói**, informa que o Escritório Social de Niterói foi instalado em julho de 2021. O projeto é vinculado à Secretaria Municipal de Participação Social e a equipe é composta por 8 funcionários cedidos pela Prefeitura. Destaca a relação próxima e profícua com a Federação das Associações de Moradores de Niterói. Há cerca de 400 egressos acompanhados permanentemente pelo programa. Desse total, de acordo com relatório elaborado em dezembro de 2022, apenas 4 reincidiram. Relata que foi lançado edital de chamamento público e há 8 OSCs concorrendo. A equipe será ampliada para 20 pessoas. Será implementado o Escritório Social itinerante. A principal demanda, além da empregabilidade, é por documentos, abrigos e capacitação. Há acordo de cooperação do Município com o Sistema S – SENAI E SENAC – para recebimento dos egressos.

Em complemento ao tema, **Senhor Felipe Athayde de Melo, do CNJ**, destaca a importância nesta reunião da representação dos três Entes Federativos: União, Estado e Municípios. Pontua que o mapeamento nacional realizado mostrou que a maior demanda que chega dos egressos é por serviços de assistência social, o que demonstra a importância da articulação dos Escritórios Sociais com as redes de políticas públicas.

Nesse sentido, a **Senhora Juliana Tonche, da DICAP-SENAPEN**, destaca a disponibilidade da Instituição em construir e fortalecer as políticas públicas voltadas aos egressos visando fomentar as ações.

Em suas considerações finais, a **Supervisora do GMF/RJ** reitera o compromisso do GMF/RJ em impulsionar as ações dos Escritórios Sociais no Estado, no que lhe couber e salienta que as metas estabelecidas pelo CNJ fortalecem a justificativa perante os entes envolvidos para o cumprimento das referidas metas, naquilo que for possível.

Na mais a tratar, encerra a reunião às 16h30min.

**Segunda Vice-Presidente Desembargadora Suely Lopes Magalhães**  
**Supervisora do GMF/RJ**